Ata Número Dezasseis

Aos dezasseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, pelas dezassete horas e quarenta minutos, reuniu extraordinariamente, nas instalações do Rancho Folclórico Flores de Serpins, freguesia de Serpins, nos termos do nº 3 do artigo 3º da Lei nº 1 – A/2020 de 19 de março, a Assembleia Municipal, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS: -----1 - Voto de Pesar pelo falecimento de Lucinda Castanheira Serra Ventura 2 - Informação sobre o Sistema de Mobilidade do Mondego; -----3 - Discussão sobre a atividade desenvolvida pela empresa intermunicipal de abastecimento de água, gestão e tratamento de resíduos urbanos – APIN;-----4 - Informação para conhecimento à Assembleia Municipal da resposta da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ao pedido de esclarecimentos solicitado pela APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior; ------5 - Informação para conhecimento à Assembleia Municipal do Relatório de Prestação de Contas 2019 da APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, aprovado na Assembleia Geral realizada no dia 18 de junho de 6 - Informação para conhecimento à Assembleia Municipal da versão final da avaliação do montante de compensação referente à saída do Município de Penacova do Sistema da APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior; -----7 - Informação do Senhor Presidente da Câmara ao Órgão Deliberativo sobre os atos praticados ao abrigo da Lei nº 6/2020 de 10 de abril; -----8 - Informação para conhecimento à Assembleia Municipal de uma Moção de apoio à manutenção e reforço das urgências do Hospital dos Covões;-----9 - Tomada de Posição sobre a desqualificação do Hospital dos Covões; ------**10 -** Apreciação e votação da 2º Revisão ao Orçamento do ano 2020; -----11 - Apreciação e votação da 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano ano 2020; -----



12 - Apreciação e votação da Prestação de Contas Consolidadas do ano de 2019: -----

13 - Apreciação e votação da ratificação em Assembleia Municipal da nomeação de perito independente para a análise dos procedimentos e consequências da saída do Município de Penacova da APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior; -------

15 - Apreciação e votação da autorização para assunção de compromissos plurianuais - para aquisição de dois veículos ligeiros de passageiros elétricos - abertura de procedimento concursal para contratação de leasing;------

Feita a chamada, verificou-se a ausência de Isabel Neves que justificou a falta e foi legalmente substituída por Marco Aurélio Sequeira, António Joaquim Seco que justificou a falta e foi legalmente substituído por Pedro Tiago Dias, António José Rodrigues que justificou a falta e foi legalmente substituído por Vítor Rui Brás Francisco F. Dias, Pedro Santos que justificou a falta e foi legalmente substituído por Paulo Simões, Renato Ferreira que justificou a falta e foi

was of

O Senhor Presidente da Mesa prestou as seguintes informações: em relação à intervenção do público, conforme o Edital publicitava, as inscrições teriam que ter sido feitas por correio eletrónico ou telefone até às 12h30 do dia catorze de julho corrente e deu conhecimento que a Mesa recebeu três inscrições em nome de, Helena Maria Nunes Quaresma, António Paulo Xavier Magro e António Manuel Antunes Marçal, sendo que, por motivos de ordem pessoal este último justificou a sua impossibilidade de comparecer à sessão. Deu nota que uma vez que havia público presente, apesar de não estar inscrito, a Mesa entendia dever ouvir todos os munícipes que, eventualmente, pretendessem usar da palavra, com as condicionantes salvaguardadas e sobejamente divulgadas. -----Informou que foi decidido em reunião da Comissão de Representantes, que quem pretendesse intervir, depois de prévia inscrição, teria que se deslocar ao microfone de pé, a fim de ser tornar visível e audível por todo o plenário e que foi instalada uma coluna de som, a fim de melhorar as condições acústicas e de audição. Informou que a Mesa da Assembleia Municipal rececionou um documento que, nos termos da legislação aplicável, nomeadamente, consultado o Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, verifica-se que entre as competências da Mesa da Assembleia Municipal, previstas no artigo 29° se encontra a alínea h) "encaminhar para a Assembleia Municipal as petições e queixas dirigidas à Mesa" devendo, por isso, a Assembleia pronunciar-se sobre o mesmo. Após leitura do referido documento, e por ter suscitado dúvidas quanto à sua natureza, solicitou a Mesa a sua análise pelos serviços jurídicos, tendo recebido um parecer no sentido da não verificação dos requisitos formais para apreciação enquanto



petição. No entanto, por entender a Mesa não se enquadrar a situação nos termos prescritos para "indeferimento liminar" nas hipóteses previstas na lei, afigurou-se necessário circunscrever a apreciação do documento à questão de forma, não se tratando de votar o seu conteúdo. Após auscultação de todos os Grupos Municipais em sede de reunião de Conferência de Representantes, entendeu-se incluir o ponto três na Ordem de Trabalhos para discussão da atividade da APIN, atendendo à relevância e interesse público associados ao tema. Informou, também, que no dia sete de julho corrente deu posse à Comissão de Revisão do Regimento Municipal da Assembleia Municipal constituída pelos seguintes membros da Assembleia Municipal: Ana Paula Sançana, Maria Conceição Loureiro, Aires Ventura, Joel Fernandes, Dilene Gonçalves e Margarida Correia, a quem desejou votos de um bom trabalho. Deu conhecimento que no passado dia treze do corrente e em nome de toda a Assembleia Municipal endereçou um telegrama a apresentar condolências à Família, à Direção e Comando da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo e ao Município de Miranda do Corvo, pelo falecimento do bombeiro e trabalhador da autarquia, José Augusto Dias Fernandes, num combate a um incêndio rural na Serra da Lousã, na zona do Trevim. Aproveitando o momento desejou ainda rápida recuperação aos bombeiros feridos que também foram atingidos no mesmo Ainda sobre este assunto, a **Mesa** propôs aos representantes dos Grupos Municipais que, atendendo à relevância do assunto e pela gravidade e sensibilidade da situação que, excecionalmente, a Assembleia Municipal aprove um Voto de Pesar, pelo falecimento do bombeiro referido, tendo como objetivo que o mesmo seja dado conhecimento à Família, Direção e Comando da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo e ao Município de Miranda do Corvo, em tempo útil. Desta forma, propôs que a redação do ponto nº 1 da Ordem de Trabalhos passe a ser a seguinte:-----

1 - Voto de Pesar pelo falecimento de Lucinda Castanheira Serra Ventura Martins e Voto de Pesar pelo falecimento de José Augusto Dias Fernandes; -----

NTERVENÇÃO DO PÚBLICO:
do ponto nº 1 da Ordem de Trabalhos
Não havendo oposição, deu-se como aprovada por unanimidade a redação

Jeogus Jones

Inscrições: Helena Maria Nunes Quaresma e António Paulo Xavier Magro. ----Helena Maria Nunes Quaresma, residente na Rua Dr. Pedro de Lemos, freguesia de Lousã e Vilarinho, veio em representação do Movimento Espontâneo de Cidadãos da Lousã, apresentar uma extensa exposição relativamente à atividade da APIN. Teceu vários comentários sobre a falta de organização da empresa, capacidade de gestão, acusando-a da prática de ilegalidades. Referiu o atraso da faturação, o descontentamento da população, e os aumentos nos escalões de água e nas tarifas. Deu nota que estas questões têm sido divulgadas em diversos meios de comunicação social, à Associação Portuguesa de Direito do Consumo e à Associação de Consumidores de Portugal. Questionou a razão pela qual o Município da Lousã aderiu a esta empresa intermunicipal que é "uma porta aberta à privatização", quais os problemas que existiam no fornecimento de água, no saneamento básico e na recolha de lixos urbanos e quais as medidas que foram tomadas para os resolver, que estudos foram feitos para esta agregação, se os membros da Assembleia Municipal tiveram conhecimento do parecer da ERSAR, enquanto entidade reguladora, porque foram abandonadas as captações de água da Serra da Lousã e o investimento nesta área e porque não se resolveu a situação de perdas de água. Questionou ainda a sustentabilidade da empresa com a saída dos Municípios de Miranda do Corvo, Condeixa-a-Nova, Arganil e, por último, Penacova. Apresentou um conjunto de considerações concluindo com o pedido de realização de uma sessão pública extraordinária da Assembleia Municipal para debater assuntos relativos à interpretação do Contrato de Gestão Delegada da APIN, ao seu funcionamento e pedido da saída do Município da Lousã, desta empresa intermunicipal. ------

Em resposta o **Senhor Presidente da Câmara** usou da palavra começando por cumprimentar a todos com especial deferência aos membros do Conselho de Administração da empresa MM, S.A., adiante designada por MM, ao Senhor

Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, enquanto anfitrião desta sessão e agradeceu ao Senhor Presidente da Direção do Rancho Folclórico Flores de Serpins, a cedência das instalações para a realização da sessão. Em seguida, afirmou que os temas da APIN têm sido, recorrentemente, analisados e debatidos nesta assembleia e aos quais têm sido prestados todos os esclarecimentos. Começou por dizer que a APIN é uma nova empresa intermunicipal que tem como objetivo fazer a gestão do setor das águas, do saneamento e resíduos através de um Contrato de Gestão Delegada pelos municípios. Sublinhou que o capital social desta empresa intermunicipal é única e exclusivamente, por opção deliberada dos órgãos executivos e deliberativos dos municípios, porque haviam outras possibilidades de constituir esta empresa, mas a opção foi constituir a APIN por capitais públicos de todos os municípios que a ela se agregaram. Referiu que o setor das águas e saneamento desde há alguns anos a esta parte merece a atenção dos municípios em vários pontos do país. Não é esta a única empresa intermunicipal, existem mais agregações de municípios com configurações políticas distintas. O modelo adotado pelos onze municípios que participam na APIN foi o das Águas do Ribatejo, empresa também detida única e exclusivamente pelos municípios que a constituíram acerca de dez anos e com várias configurações políticas. Disse que esta gestão tem a ver com opções que são inerentes à necessidade de investimento no setor das águas e no saneamento. Na região de Coimbra, há alguns anos que os municípios vêm debatendo esta problemática e existiram várias configurações possíveis de agregação de municípios, como as Águas de Coimbra, detida apenas pelo Município de Coimbra. Há fatores, como o de universo territorial de número mínimo de população e escala que exigem determinadas configurações que estas agregações têm que abranger para uma organização deste tipo. Nos anos de 2017 e 2018, através das Comunidades Intermunicipais da Região de Coimbra e da Região de Leiria iniciaram-se estudos para definir a melhor resposta para os vários municípios, como por exemplo, as perdas que exigem um nível de investimento bastante elevado em termos financeiros. Os municípios desde há quatro anos, não têm possibilidade de acederem de forma individual aos fundos comunitários para poderem responder à necessidade de investimento que o combate às perdas exige, para além de



outras situações de gestão das redes de águas e de saneamento. O processo teve início com catorze municípios, mas por variadas razões entre si e todas legítimas, três municípios decidiram não se agregar, e por isso, não fizeram parte da constituição da empresa intermunicipal, embora tenham participado nos estudos. A APIN - empresa intermunicipal, foi constituída por onze municípios e até agora ainda não saiu nenhum. O Município de Penacova é participante efetivo da APIN e o que existiu, foi a manifestação de vontade política, votada nos órgãos executivo e deliberativo, o que é absolutamente legítimo e nunca constituiu um problema, estando previsto, pelos Estatutos da APIN, a entrada e saída de municípios. No entanto, para ser juridicamente validada a saída, tem que obedecer a determinados pressupostos que ainda não foram cumpridos. O processo encontra-se a decorrer e até lá o Município de Penacova continua a ser membro da empresa e está obrigado ao cumprimento da sua participação, nomeadamente, por ter delegado a gestão destes serviços de águas, saneamento e resíduos. Sublinhou que há vários anos, o Município da Lousã não era autossuficiente no abastecimento de água, embora tivessem sido feitos alguns investimentos. Houve crescimento populacional e não havia capacidade de captação de água na Serra da Lousã. O principal ponto de abastecimento do concelho era o Rio Ceira, com as debilidades que todos recordam desde as quebras e os condicionamentos de funcionamento, e o racionamento de abastecimento horário de água à população. Recordou que devido a estas debilidades, há alguns anos atrás, vários municípios aderiram a um processo que não correu bem em termos de abastecimento em alta devido à insuficiência de recursos hídricos em quantidade e qualidade, através das Águas de Portugal e, no caso da Lousã. era designado, Águas do Mondego, e que agora se chama Águas do Centro Litoral. As perdas era sempre um assunto do qual a Câmara Municipal era acusada de não tomar medidas para as atacar e a opção do município vir para esta agregação de municípios, também, tem a ver com o objetivo de aceder a fundos comunitários materiais e imateriais que permita reduzir as perdas, gradualmente, e combater essa ineficiência do sistema. A água da Serra da Lousã para abastecimento público, condições de captação e distribuição são questões complicadas, porque não é em quantidade e qualidade suficientes, entre outras questões de ordem técnico financeiras e



hadre

dos meios que é necessário dispor para fazer essa gestão. Desde 2011, a Câmara Municipal da Lousã, estava obrigada a comprar às Águas do Mondego, agora, Águas do Centro Litoral, o abastecimento de água em alta para abastecimento à população dada a manifesta insuficiência e segurança da água do Rio Ceira. Informou que o Município da Lousã foi fazendo investimentos significativos sempre que teve possibilidade de se candidatar aos fundos comunitários, quer na área das águas, quer no saneamento, nomeadamente na Ex-freguesia de Vilarinho, Zona de Casal do Espírito Santo e Freixo, zona alta da freguesia da Lousã, Vale Maceira e Marco do Espinho e na freguesia de Serpins. Sobre o funcionamento da APIN, afirmou já o ter reconhecido na assembleia, em sessões anteriores, e em vários outros momentos públicos que a empresa apresentou, de início, alguma debilidade a alguns níveis, pelo facto de ser uma empresa recentemente criada e tendo em conta a dimensão de trabalho, e o tempo de preparação que foi reduzido. Mencionou a faturação e o seu atraso como exemplo do mau funcionamento, concordando de que não devia ter acontecido e pelo qual também. mas, sublinhou, que, causou apresentou desculpas, constrangimentos à própria empresa. Disse que estão conscientes que há situações que têm que ser melhoradas, nomeadamente a faturação, que está gradualmente a ser estabilizada, por outro lado, foram criadas condições de alargamento de prazo de pagamento para minimizar os incómodos causados. Sobre o tarifário, esclareceu que havia um inicial que foi aprovado pelas onze Assembleias Municipais agregadas que tinham um aumento substantivo, no caso da Lousã, seria um aumento de 30%, devendo-se à má transição dos serviços municipais para a APIN com erros "grosseiros" de faturação, alguns na ordem dos 100%, o que, naturalmente, originou a contestação por parte dos consumidores. Enfatizou de que o aumento previsto e que foi aprovado no ano de dois mil e dezoito por esta assembleia estaria na ordem dos 30%. Disse que embora reconheça o aumento substantivo, recordou que a APIN, também, tem o tarifário social e para famílias numerosas que é mais favorável para os consumidores do que era quando estava no município. Frisou, ainda, que uma vez que muitos dos municípios agregados não tinham tarifário social, o que não é o caso do Município da Lousã, houve famílias que ficaram beneficiadas com a transição para a APIN. Esclareceu que o designado

"tarifário Covid-19" só vigorou nos meses de fevereiro, março e abril e o tarifário que está em vigor até ao final do ano de 2020, foi aprovado em treze de março, pela APIN que obteve a concordância da ERSAR – Entidade Reguladora e o contributo do governo que reconheceu que esta era uma realidade diferente e que merecia, por isso, um tratamento diferente e através do fundo ambiental concedeu um apoio a fundo perdido, destinando-se a ajudar à progressão tarifária mais suave do que aquela que estava prevista inicialmente. Esclareceu ainda que o contrato constitutivo da APIN é claro quanto à matéria de "privatização". Os municípios avaliaram e decidiram por unanimidade pela adoção do modelo de gestão delegada, isto é, pela criação desta Empresa Intermunicipal. Este modelo de gestão é o que garante maior poder de decisão e autonomia aos municípios. Qualquer alteração na gestão da APIN tem, obrigatoriamente, de ser aprovada por unanimidade em

todas as Assembleias Municipais das Câmaras que integram a agregação.

Informou que não estão a ser feitas leituras por estimativa, apenas foram feitas

nos meses de transição dos serviços dos municípios para a APIN. Concluiu dizendo que a empresa intermunicipal, já respondeu a algumas entidades que

colocaram questões de ordem jurídica e de legalidade. -----

De ribrer

António Paulo Xavier Magro, residente na freguesia de Lousã e Vilarinho, interveio começando por dar nota que ao consultar o Regimento da Assembleia Municipal da Lousã reparou que existe um lapso na redação dos artigos 21°, 22° e n° 1 do artigo 27° e que dizem respeito à intervenção do público, sugerindo, por isso, a sua correção. Seguidamente, referiu-se a pedidos de fiscalização prévia da APIN, e ao Contrato de Gestão Delegada, questionando se é possível ter acesso ao documento de informação e ao da Constituição da Empresa. Solicitou confirmação se a revisão do tarifário é anual e, tendo em conta que este foi revisto em treze de março deste ano, perguntou se veio ou não à apreciação e aprovação desta assembleia. Relativamente ao novo tarifário, deu nota que entre outras, a alteração mais significativa no seu sentimento, é relativa ao saneamento que passou de 90% para 42% no valor de água faturada, o que é ótimo. Contudo, perguntou até quando se vai manter esta percentagem sobre o valor faturado, e referiu-se à recomendação da ERSAR que na sua opinião, "manifesta algum contra

Vealur)

O Senhor Presidente da Mesa informou o Sr. Paulo Magro que vai remeter à Comissão de Revisão do Regimento Municipal, a questão que foi colocada à assembleia como sugestão de correção e que diz respeito à clarificação e putativa alteração, caso assim se justifique, aos artigos do Regimento da Assembleia Municipal, sobre a intervenção do público.-----

O Senhor Presidente da Câmara interveio para informar que o aumento de tarifário teria sempre que acontecer e se o município não estivesse agregado, esse aumento seria ainda maior. Referiu o cumprimento da lei das Finanças Locais no que respeita aos critérios subjacentes à definição do tarifário e fornecimento destes serviços. Enalteceu o valor da água enquanto bem essencial e muitas vezes desvalorizado, sublinhando que, mesmo depois do aumento que teve, continua a ser dos bens mais baratos que as famílias têm ao seu dispor e muitas vezes as pessoas não lhe atribuem o devido valor. A racionalização é proporcional ao valor que lhe é atribuído e trata-se de um recurso finito onde muitos não têm essa consciência. Quanto às debilidades no abastecimento de água, apresentou como exemplo, a freguesia de Serpins que tem o seu abastecimento através da captação do Rio Ceira e, comparativamente ao resto do concelho, sente a diferença. Realçou que, através da APIN e ao acesso aos fundos comunitários, foram submetidas várias candidaturas e as duas mais substantivas são para a freguesia de Serpins, e a partir daí os munícipes daquela freguesia terão igual acesso e qualidade de

água ao que tem o resto do concelho. Uma candidatura com abastecimento em alta através do Aeródromo para a freguesia de Serpins com a componente de restante distribuição e outra, com a anulação definitiva do sistema de Quatro Águas e Casal de S. Miguel que apresenta ainda mais debilidade do que a captação através do Rio Ceira. Informou que o tarifário da empresa intermunicipal é anual, como já antes era no município. A perspetiva é que os valores que foram aprovados no mês de março se estabilizem ao consumidor. Sobre a interpretação da imputação de custos no saneamento disse não ter presente o valor de percentagem a aplicar, futuramente. O tarifário social da APIN está definido de acordo com a lei em vigor com a perspetiva de universalidade do território nacional. O governo foi autorizado a legislar sobre o regime de atribuição de tarifas sociais para prestação dos serviços de águas, a atribuir pelo município territorialmente competente e a aplicar a clientes finais. Importa assim, criar o quadro legal de nível nacional, que salvaguarde a consagração de um conjunto mínimo de requisitos de acesso à tarifa social para a prestação dos serviços de águas aplicável em todos os municípios, assegurando desta forma o acesso a todos os consumidores. Desta forma é estabelecido um regime que permite a aplicação do tarifário social para prestação dos serviços de águas, a atribuir pelo município e a aplicar a consumidores. Ao mesmo tempo, é conferido aos

municípios e empresas intermunicipais os instrumentos legais que permitam,

por decisão própria, prever outros critérios de referência para o acesso ao tarifário social mais abrangentes e serão elegíveis para beneficiar da tarifa

social, as pessoas singulares que se encontrem numa situação de carência económica. O facto de o requerimento dar entrada pelos municípios é

cumulativo para que não fique penalizado nenhum consumidor e deve-se

apenas ao período de transição. Informou que a escritura de constituição da APIN e o Contrato de Gestão Delegada estão acessíveis na Página da própria

empresa intermunicipal, por isso, se houver alguma não conformidade, podem

contactar diretamente a empresa ou através da Câmara Municipal. Concluiu

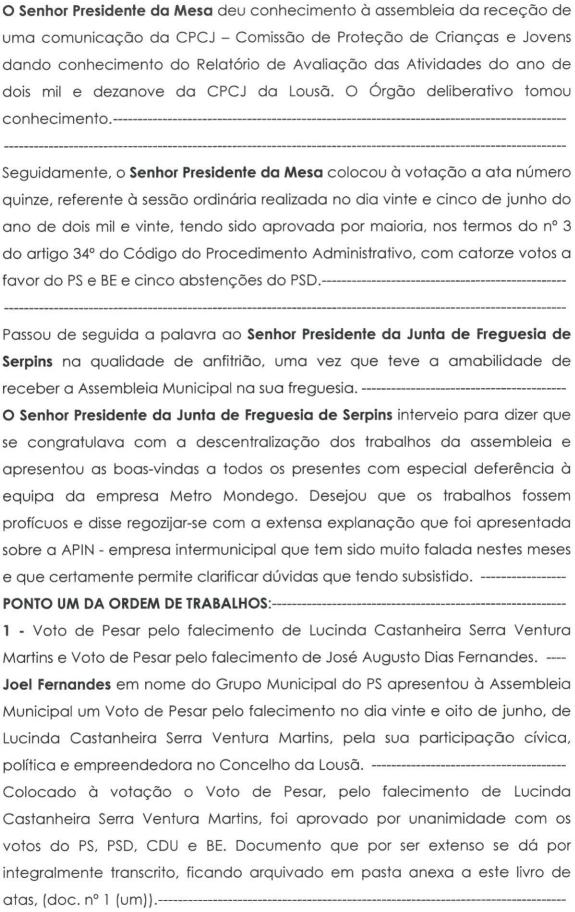
informando que o Regulamento pelo qual a APIN se rege é o que havia sido

Languity

CORRESPONDÊNCIA: -----

submetido à apreciação vinculativa da ERSAR. -----





Maria Aldina Martins em nome da Assembleia Municipal da Lousã apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento de José Augusto Dias Fernandes, Chefe dos Bombeiros Voluntários de Miranda do Corvo, no combate a um incêndio na Serra da Lousã, na zona do Trevim. -----Colocado à votação o Voto de Pesar, pelo falecimento de José Augusto Dias Fernandes foi aprovado por unanimidade com os votos do PS, PSD, CDU e BE. Documento que por ser extenso se dá por integralmente transcrito, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 2 (dois)). -----PONTO DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS: -----2 - Informação sobre o Sistema de Mobilidade do Mondego; -----O Senhor Presidente da Mesa antes de passar a palavra, apresentou cumprimentos ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da empresa Metro Mondego, S.A. Senhor Eng.º João Marrana e colaboradores presentes e agradeceu a disponibilidade para fazer o ponto da situação sobre a questão da implementação do Sistema de Mobilidade do Mondego, adiante designado por SMM. -----O Senhor Eng.º João Marrana começou por cumprimentar a todos e dizer que a Administração da Metro Mondego, S.A., adiante designada por MM, S.A., tem muito gosto em estar presente nesta sessão para fazer a apresentação genérica do ponto de situação do SMM que consiste na implementação de um Metrobus com tração elétrica a baterias no antigo ramal ferroviário da Lousã e na área urbana de Coimbra. A apresentação foi feita através de power point, sendo uma primeira parte dedicada às empreitadas cuja

responsabilidade foi atribuída a Infraestruturas de Portugal, adiante designada por IP, e a segunda parte referente às componentes, que são da

responsabilidade da MM, S.A. Relativamente à empreitada do troço urbano Serpins – Alto de S. João, recordou que foi avançada no ano de dois mil e dezanove, mas tem tido uma série de vicissitudes e, neste momento, encontra-

se para Visto do Tribunal de Contas, o que significa que as obras de

consignação da empreitada deverão ocorrer no final do mês de julho e o início do mês de agosto. Relativamente à empreitada do Alto de S. João, até

à Portagem informou que foi aberto concurso, também, recentemente, e a

expetativa é que no terceiro trimestre do ano de dois mil e vinte e um, seja

ladus V

leader)

feita a consignação e iniciadas as obras. Relativamente à empreitada da Portagem – Coimbra B e a própria Estação de Coimbra B, informou que vai ter uma intervenção bastante pesada do ponto de vista da engenharia, e deverá ser aberta entre os meses de agosto e setembro, sendo a perspetiva de que sejam iniciados os trabalhos no ano de dois mil e vinte e um, e os trabalhos na Portagem serão para mais tarde, previsivelmente, para o ano de dois mil e vinte e dois, porque só quando estiverem as obras de Coimbra B avançadas é que será possível executar a alteração ao corredor entre as duas estações. Relativamente à empreitada "Linha do Hospital", disse que a expetativa é que até ao final do ano seja aberto concurso, o projeto de execução está finalizado o que significa que a consignação deverá ocorrer durante o ano de dois mil e vinte e um. Deu nota de que há outro concurso público bastante pesado que são todos os sistemas técnicos, nomeadamente, sinalização e segurança, entre outros, também da responsabilidade da IP, que será aberto até ao final do ano, com o início dos trabalhos a decorrer no início do ano de dois mil e vinte e dois. Apresentou imagens de simulação dos abrigos cujo projeto está a ser finalizado e será lançado, em tempo oportuno, este último concurso por parte da IP. Sobre a responsabilidade da MM, S.A., referiu que deverá ser aberto, muito em breve, o concurso público para o fornecimento dos veículos articulados, exclusivamente elétricos, com capacidade que poderá variar entre cento e quinze/cento e quarenta passageiros por veículo e com uma autonomia adequada à operação quer na linha suburbana, quer na linha urbana. Relativamente à abertura do canal da baixa, estão em condições de fazer a adjudicação da empreitada que deverá acontecer até ao final deste mês e a adjudicação do concurso de fiscalização, relativamente ao canal de atravessamento da baixa de Coimbra, que é uma obra com alguma expressão que representa cerca de 3,5 milhões de euros, também, é de grande interesse para a região e particularmente para o Município de Coimbra. Das atividades da responsabilidade da MM,S.A., deu informações técnicas e de pormenor, como sejam: a localização das oficinas, em Sobral de Ceira entre várias, tarifários, e um conjunto de interfaces que estão a desenvolver neste momento. Disse que deseja que seja possível o lançamento de concurso público dos serviços rodoviários alternativos pela MM, S.A., no ano de dois mil e vinte e um, e lançado no ano de dois mil e vinte

e dois, porque será esta empresa que irá operar o sistema. Apresentou, ainda, um cronograma com um conjunto de valores referentes a estas intervenções e procedimentos quer da IP, como da empresa MM, S.A. Disse que era intenção que todos os concursos sejam lançados ainda este ano e que comecem a ser feitos os testes de funcionamento no ano de dois mil e vinte e dois e o início da operação ocorra no ano de dois mil e vinte e três, de forma faseada, desde o início até ao final do ano, para dar maiores garantias de fiabilidade e eficiência. Realçou todo o esforço da Administração da MM, S.A., e seus funcionários e, também, de toda a estrutura da IP que têm vindo a dar apoio à MM, S.A., para levar este projeto a bom porto. Concluiu dizendo que estão a fazer o melhor para que, tão rápido quanto possível, seja implementado o sistema em funcionamento. Manifestou em nome da MM, disponibilidade a toda a assembleia, para todas as questões que fossem suscitadas sobre o assunto e disse estar à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos que entendessem como relevantes ou dúvidas que entretanto surgissem decorrentes deste processo. ----

inscreverem neste ponto da ordem de trabalhos, a fim de colocarem alguma questão ao **Senhor Engº João Marrana** relativamente à apresentação do SMM.

O Senhor Presidente da Mesa questionou se haviam interessados para se

Inscrições: Maria Conceição Loureiro, António José Gonçalves, João Pereira, Ana Paula Sançana e Joel Fernandes.-----

María da Conceição Loureiro interveio começando por dizer que em relação ao Metrobus, pertence ao grupo de "pessoas céticas". Colocou as seguintes questões técnicas: qual o funcionamento destes autocarros que vão funcionar, não se sabe muito bem quando, no percurso Lousã – Serpins. Recordou que é um facto que já há alguns anos que não existe comboio neste percurso e que não foram publicamente informados pela empresa MM, S.A., do ponto da situação do processo, considerando uma falta gravíssima, porque as populações necessitam deste meio de transporte. Perguntou qual a fonte de energia que vai utilizar este tipo de transporte, referindo-se às energias renováveis, uma vez que vai ser a fonte de energia futura, como é que vai ser o tipo de transporte de Serpins a Coimbra e a tipologia de paragens e de lugares e para quando esta concretização. Concluiu a sua



(Jeader)

intervenção fazendo uma homenagem ao "saudoso comboio" fundamentalmente, ao dia dez de agosto de mil novecentos e trinta, em que chegou a Serpins com a leitura de um extrato de artigo publicado em jornal da época: "logo que se avistou o comboio no sítio do Vale da Raiz, para cá da trincheira, foi queimada uma salva de foguetes e ao chegar à estação estrugiram os vivas e palmas, ao mesmo tempo que no espaço estalejavam de novo girândolas de foguetes e a Filarmónica Varzeense, de Vila Nova do Ceira, executava o hino nacional. O comboio marchava devagar, por precaução. O entusiasmo é indescritível. É grande a alegria que se nota em toda a gente e dos olhos de muitos brotam lágrimas de comoção." ------António José Goncalves interveio começando por agradecer a presença da Administração da MM e os esclarecimentos que prestaram, no entanto, manifestou-se muito cético em relação ao projeto e formulou votos para que daqui a três anos possa vir dizer que estava errado. Questionou que tipo de intervenção vai ser feita recordando que já foram gastos, pelo menos, cento e setenta milhões de euros no trajeto que liga Coimbra a Serpins, prevendo que com o restante investimento se venha a gastar cerca de trezentos milhões de euros. Perguntou se existe em algum país este tipo de sistema de mobilidade que vai ser aplicado no Ramal e qual a fiabilidade ou se se trata de um projeto piloto, apelando ao Senhor Eng.º João Marrana que fosse mais conciso na explicação. Concluiu dizendo que o município deveria processar o Estado, responsabilizando quem mandou arrancar a linha uma vez que, previsivelmente, estarão catorze anos sem transporte.----João Pereira usou da palavra começando por dizer que a MM, S.A., já está interiorizada em todos, há muitos anos. Desde sempre tiveram a esperança de ter um transporte cómodo, digno e que fosse oferecido às populações que dele estão privadas. Agradeceu a presença da Administração da MM, S.A., e questionou apenas quando é que se iniciavam os trabalhos entre Serpins e o Alto de S. João, porque não se apercebeu de ter sido anunciada uma data concreta e objetiva que é isso que importa, recordando que já foi lançado e anulado um concurso exatamente porque não previa o início onde serão efetuados os trabalhos. Sublinhou que, neste momento, o transporte deverá servir especial e fundamentalmente para o desenvolvimento da zona entre Serpins e Coimbra. Disse que é essa a necessidade que as pessoas sentem e a

esperança que têm. Afirmou que, desde sempre, defendeu uma estrutura ferroviária, mas chegou à conclusão por vicissitudes várias que não vale a pena andar com quimeras. Apelou à Administração da MM, S.A., que manifestasse esperança à população que está nesta zona à espera que os seus fins sejam atingidos.-----

Winder)

Ana Paula Sançana – prescindiu da palavra. -----Joel Fernandes interveio saudando a todos com especial deferência ao Senhor Presidente de a empresa MM, S.A., e sua equipa. Afirmou que se pode constatar que este processo, em virtude de ter vivido vicissitudes sucessivas, gerou alguma desconfiança, não interessando ao Grupo Municipal do PS saber o que correu mal, mas sim o que vai correr bem. Relembrou que foi apresentado pelo Senhor Ministro do Planeamento e Infraestruturas a solução que ia ser apresentada e agora com a informação prestada, nomeadamente, o plano de lançamento de concursos, alguns dos quais lançados ainda durante este ano, é um dado que dá mais confiança para o futuro. Sugeriu que esta informação passe para o exterior, a fim de consolidar maior confiança aos cidadãos. Disse ainda que este assunto é recorrente nas sessões da Assembleia Municipal e sempre defenderam um transporte moderno, inclusivo e sustentável ambiental e financeiramente e que sirva com qualidade toda a região. Pensam que este projeto será muito importante para o desenvolvimento da região e será tanto mais importante quanto possível o cumprimento dos prazos que vão sendo apresentados. Concluiu questionando onde ficará sedeada a futura sede de a empresa MM, S.A.-----O Senhor Eng.º João Marrana, a fim de esclarecer as questões que lhe foram

dirigidas, começou por dizer que admite que exista falta de informação, mas sobre isso, testemunhou toda a disponibilidade para fazer a apresentação e o ponto de situação do projeto sempre que entenderem necessário seja a quem for. Sugeriu uma interação com o Senhor Presidente da Câmara Municipal para numa fase posterior combinar-se apresentações regulares numa lógica de transparência, porque, nesta fase não há nada para mostrar, apenas promessas. O sistema vai funcionar no canal conhecido de todos com veículos elétricos e articulados, de dezoito metros, cuja energia de carregamento de bateria irá ser feita de duas formas: a primeira, no posto de manutenção e oficinas onde serão carregados durante a noite, mas como não é suficiente

para o carregamento de todo o serviço, durante o dia irá, também, haver pontos de carregamento de oportunidade, nos pontos onde há términus de serviço: Serpins, Lousã, Miranda do Corvo, Alto de S. João, Coimbra B e Hospital Pediátrico. A topologia da rede relativamente ao serviço suburbano irá ser semelhante á que existia. Quanto ao início da operação a partir de Serpins, informou que o prazo estabilizado indica que será a partir do início do ano de dois mil e vinte e três. Informou ainda que este prazo está limitado pelo fornecimento dos veículos e dos sistemas técnicos, caso contrário e sob o ponto de vista da infraestrutura poderia ser um pouco mais cedo. Deu nota que foi dado à MM, um mandato para concretizar um projeto que é o Metrobus, entre Serpins e Coimbra B, por isso não faria críticas e avaliação sobre decisões em que não participou. Quanto ao investimento, confirmou que é expressivo, mas bastante inferior ao que seria feito com um veículo metro ligeiro, porque este, tem exigências bastante superiores. Confirmou que existem outras situações onde foram implementados estes sistemas, sendo no entanto a parte mais exigente do projeto. Respondendo diretamente a João Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, disse que o início das obras a partir de Serpins está previsto para o ano de dois mil e vinte e um, concordando com as palavras proferidas de que há necessidade de dar esperança à população e aos utilizadores do sistema. Em nome pessoal e no seguimento da intervenção do Senhor Secretário de Estado, apresentou desculpas por todo este atraso e solidarizou-se com os cidadãos que estão indignados com o atraso deste projeto e do qual estão a ser vítimas. Reiterou o compromisso da atual Administração dizendo que tudo fará para que o projeto seja executado o mais rápido possível, porque o entendem como necessário e merecedor. Deseja que brevemente possa transmitir notícias mais animadoras do que apenas promessas e sublinhou que a expetativa é lançar todos os concursos até ao final do ano, apenas com duas exceções, o PMO e a empreitada de fecho. Quanto à sede da MM, S.A., estatutariamente é em Coimbra e têm a expetativa de mudar dentro em breve, mas mantê-la no Concelho de Coimbra. Deu ainda nota de que a MM, S.A., está a tentar melhorar, do ponto de vista do sistema, para que a operação tenha uma oferta que seja bastante mais atrativa do que, anteriormente, no tempo da ferrovia, ou seja, com introdução de transporte mais frequente e intensificado



nos períodos de ponta. Esclareceu que o facto de os veículos serem mais pequenos, do que aqueles da ferrovia que as pessoas estavam habituadas, significa que terão que melhorar a oferta, e isso é bom, porque o intervalo entre passagens vai ser menor. Concluiu afirmando que a empresa MM, S.A., pretende melhorar os serviços e que as pessoas vão ter mais ligações do que aquelas que existiam no passado, com ligações cadenciadas ao longo do dia, com lugares sentados até Miranda do Corvo e pretende-se garantir que o serviço em nada fique a dever ao serviço ferroviário que existia há uns anos atrás com maior nível de conforto e menor poluição. -----O Senhor Presidente da Câmara interveio para agradecer a disponibilidade ao Senhor Presidente do Conselho de Administração e restantes membros da MM, S.A. Informou o plenário de que este Conselho de Administração da Sociedade MM, ainda não fez um ano de mandato e por isso, o trabalho realizado e hoje evidenciado fundamenta a informação que tem vindo a prestar relativamente ao empenho da atual administração da MM, S.A. Em nome pessoal e do Executivo, reconheceu, relevou a capacidade, e o interesse que têm demonstrado para que os objetivos sejam concretizados. Recordou que o comboio chegou a Serpins, depois de ter chegado a outros pontos do Ramal e, neste caso, sublinhou que a obra de empreitada, que se vai iniciar em finais de julho, ou início de agosto será a partir de Serpins – Alto de S. João. Confirmou que já se gastou bastante dinheiro, mas parte dele, será rentabilizado nas infraestruturas das empreitadas que agora terão início, nomeadamente, na estabilização do canal. Relativamente aos custos da Sociedade da MM, S.A., e às instalações onde funciona, reiterou que será sedeada com instalações próprias e mais adaptadas, em Coimbra, intenção que já vem da anterior administração, e está prevista para o dia um de outubro do corrente ano. Disse que é de facto um sistema com alguma inovação, mas o objetivo principal é ter um transporte público de qualidade entre Serpins e Coimbra, não esquecendo o ramal dentro da cidade e a possibilidade de acesso a serviços de saúde que terá um potencial de clientes de nova atratividade e de qualidade acrescida. Concluiu a sua intervenção dizendo que esta sessão da assembleia é muito importante com o debate de assuntos de grande relevância para o concelho como a APIN e o Metrobus.---

Wadus X

O Senhor Presidente da Mesa reiterou o agradecimento pela disponibilidade e esclarecimentos prestados pelo Senhor Eng.º João Marrana e seus colaboradores, dispensando-os de continuar presentes na sala, se assim o entendessem.-----

Wadre X

PONTO TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS: ------

3 - Discussão sobre a atividade desenvolvida pela empresa intermunicipal de abastecimento de água, gestão e tratamento de resíduos urbanos – APIN.-----Inscrições: Aires Ventura, Maria Conceição Loureiro, Raquel Simões, António José Gonçalves, Joel Fernandes, Ana Paula Sançana e João Pedro Melo. -----Aires Ventura saudou a todos e referiu-se à atividade desenvolvida pela APIN, quer sob o ponto de vista administrativo, quer organizacional dizendo que "deixa muito a desejar", dando como evidências o serviço de faturação, atrasado, indefinido em período de tempo de contagem de leituras e com incongruências, bem como os escalões e tarifários. No seu entendimento, são estes os motivos que levam as pessoas a revoltarem-se e exigirem medidas adequadas. Em nome do BE, coloca a questão sobre o ponto de situação da petição enviada pelo Movimento Espontâneo de Cidadãos da Lousã, aos Senhores Presidente da Câmara Municipal da Lousã e da Assembleia Municipal da Lousã, onde mais de mil inscritos, põem em causa o funcionamento, organização e credibilidade da APIN. Referiu que os peticionais não tiveram, até ao momento, qualquer resposta à petição apresentada, apenas hoje tiveram direito a algumas respostas às suas reclamações. Referiu o parecer jurídico enviado aos membros da assembleia e invocou o Regimento da Assembleia Municipal do dever de exame e comunicação destas situações e afirmou que o Senhor Presidente da Mesa deveria ter remetido a todos os membros da assembleia a petição, colocando o documento à discussão. Adiantou que a assembleia é soberana para aceitar ou não as reclamações dos signatários e tomar as decisões que entender mais corretas. Afirmou, ainda, que o BE, agora, com a presença do público e comunicação social, solicita ao Senhor Presidente da Mesa que convoque uma sessão extraordinária, ou, em alternativa, que na próxima sessão ordinária de setembro, a realizar na sede do concelho, seja incluído um ponto na Ordem do Dia para que a petição e as reclamações dos cidadãos sejam devidamente esclarecidas, respeitando a lei e o regimento e desta forma funcione a democracia sem qualquer tipo de restrições.



Maria Conceição Loureiro interveio dizendo que reitera algumas das preocupações do BE, e referiu que a petição ainda que tivesse alguns erros de forma, deveria ter sido aceite pela Assembleia Municipal, distribuída por todos os membros e tratada devidamente. Deveria ainda, no seu entendimento, ter comunicado a quem dirigiu a petição os erros e omissões, a fim de o documento ser devidamente regularizado e devolvido novamente à Mesa para o devido tratamento, mas, ainda assim, a autarquia deve ter os meios necessários para tratar a petição a nível eletrónico, o que torna o processo mais célere. Reiterou, tal como afirmou na reunião da Conferência de Representantes desta assembleia que a petição, embora não tivesse tido tempo para a ver, facto que lamenta, é um direito do cidadão que tem que ser devidamente tratado, porque é uma questão democrática. Alertou para que esta assembleia não volte a repetir este tipo de erros graves, porque, a partir de cento e cinquenta assinaturas, qualquer petição tem uma resposta e este comportamento não pode acontecer numa autarquia democrática. Acrescentou o facto de a empresa intermunicipal ser pública e com a responsabilidade dos municípios agregados e não ser da responsabilidade de privados.----

Raquel Simões cumprimentou a todos e congratulou-se pelo facto de, finalmente, ser possível estar presente nesta assembleia, a representante do Movimento Espontâneo de Cidadãos. Em nome do PS, afirmou que, reiteradamente, têm assumido que o processo teve muitas falhas, lapsos e, efetivamente, as coisas não correram tão bem quanto o expetável, no entanto, percebem que qualquer constituição de uma empresa é sempre um processo que não é fácil, acrescendo o facto de a empresa ser com grande dimensão e especificidades de áreas de intervenção que servem milhares de munícipes e de utilizadores dos serviços. Afirmou que os membros do Grupo Municipal do PS, pese embora as debilidades referidas, continuam a não ter dúvidas que a constituição da APIN foi a melhor solução para a gestão de serviços de água, saneamento e resíduos e que permitirá um melhor serviço, preços mais equilibrados e, sobretudo, vai de encontro às restrições impostas aos municípios, quer a nível de acesso aos fundos comunitários, quer no



António José Gonçalves prescindiu da palavra.-----

Joel Fernandes usou da palavra começando por dizer que mais uma vez se discute a APIN como tem sido feito, sistematicamente, em várias sessões da Assembleia Municipal, desde fevereiro do ano de dois mil e dezoito, onde tem sido veiculada toda a informação e debatidos todos os pontos. Entendeu que em relação ao documento que foi entregue à Assembleia Municipal apresentava falhas e que iria ser remetido para futura apreciação depois das referidas falhas serem colmatadas. No seu entendimento, desde sempre, têm sido debatidos todos os pressupostos desde a criação e funcionamento da APIN e das razões que levaram a votar favoravelmente e por unanimidade esta adesão. Disse que o PS mantém a convicção de que é a solução mais correta pelos argumentos que já foram amplamente discutidos anteriormente e, estando num órgão deliberativo com regras, cumprindo-se um Estado de Direito e todas as formalidades, certamente que será debatido este e outros assuntos. Concluiu dizendo que o principal intuito do PS da Lousã, como já foi dito em várias assembleias, é que a empresa intermunicipal trabalhe o melhor possível, porque, dessa forma, será o melhor para todos os municípios e respetivos consumidores. A postura do PS será sempre de crítica construtiva e mantêm-se vigilantes sempre assentes na base da melhoria para oferta do melhor serviço possível. ------

Ana Paula Sançana interveio cumprimentando a todos com uma palavra especial endereçada ao público que embora, no entendimento do PSD, em sessões de assembleias anteriores pudesse estar presente, infelizmente não foi

possível, citando: "...mas hoje a porta abriu-se à população". Referiu que Helena Quaresma está presente, como representante de uma parte grande da população e o Movimento, tem um rosto. Referindo-se à petição que visa discutir a APIN, afirmou que na penúltima reunião da Conferência de Representantes da Assembleia Municipal, debateu-se pelo facto de não perceber o motivo pelo qual a assembleia não tinha dado encaminhamento da petição em que foram levantadas várias questões. Demonstrou admiração ao constatar que o Movimento não foi informado em tempo útil da razão de não ter sido aceite a petição. Disse ter entendido, na altura, que a informação que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal hoje transmitiu, teria sido remetida diretamente ao Movimento e afirmou que, também, não concorda com a postura que foi tomada, embora o Regimento da Assembleia Municipal seja muito parco em termos de regulamentação relativamente a petições. Afirmou que não concordava com o Senhor Presidente da Câmara quando, na sua intervenção, referiu que "a água é um bem que é desperdiçado por muitas pessoas e que as pessoas não têm consciência disso e que, até por isso, temos que a valorizar mais". Na sua perspetiva, há formas mais nobres e mais corretas para valorizar um bem que é precioso, nomeadamente a nível da sensibilização. Disse que também não concorda com o Senhor Presidente da Câmara quando afirma que "estão cansados de ouvir falar da APIN, que já debatemos isto em várias sessões". Retorquiu dizendo que não está cansada de ouvir falar da APIN, antes porém, dos problemas da APIN subsistirem, facto que a preocupa. Disse que o PSD é sempre muito mal interpretado quando levanta questões, sendo acusado de ser populista ou ir na onda de um movimento, ou porque estão próximas as eleições, mas, sublinhou que as dúvidas são legítimas e que dúvidas que levantaram na última sessão da assembleia foram colocadas à ERSAR, nomeadamente a legitimidade da constituição da APIN e o que iria acontecer no futuro a esta empresa intermunicipal com a putativa saída do Município de Penacova, o que significa que outras pessoas de outros partidos também partilham das mesmas dúvidas do PSD. Sublinhou que não se trata de uma questão partidária como muitas das vezes se faz crer parecer, é uma questão de preocupação. Afirmou que não se sentiria bem com a sua consciência e com o partido que representa se, neste espaço que é público, não colocasse as questões que

man X

podem ou não incomodar. Declarou que as dúvidas do PSD serão para questionar nas sessões da assembleia e lamentou que uma empresa jovem que logo no início da sua atividade já comece a dar tantos problemas, tanto mais quando existiram tantos estudos e pareceres. Aqui está demonstrado que os municípios individualmente trabalham melhor do que agregados na APIN. Afirmou que o facto da empresa intermunicipal ser jovem não justifica o mau funcionamento, dando como exemplo um pedido de limpeza de uma fossa que foi feito no dia vinte e seis de junho, passados vinte e um dias e ainda não foi efetuado. Deu conhecimento, ainda, de que depois de contactos sucessivos com a APIN, obteve três respostas diferentes. Disse ter ficado chocada, e não pretendendo dizer mal das pessoas que lá trabalham, porque certamente estarão a fazer o seu melhor, entende que o sistema está mal montado. Durante meio ano o município estabeleceu um protocolo de apoio à APIN e hoje vem à assembleia o pedido para mais meio ano, disse que não entendia o motivo pelo qual se faz esta prorrogação e que é sintomático que alguma coisa não está bem. Mostrou-se indignada porque em vinte e um dias, não houve possibilidade de dar resposta a um pedido de limpeza de fossa, e, também, não foi possível responder a uma comunicação endereçada no mês de março, pelo PSD. Manifestou a sua revolta pelo facto de a APIN existir, ter representantes e não responder às pessoas que contactam e escrevem para lá, o que no seu entendimento, é uma situação grave, tanto mais, quando se

João Pedro Melo usou da palavra começando por cumprimentar a todos e seguidamente referiu-se ao tema que tem sido debatido e diz respeito às falhas e ao trabalho desenvolvido pela APIN. Disse considerar mais importante, neste momento, discutir a razão pela qual o futuro do abastecimento de água á Lousã passa pela APIN. Recordou a inexistência do risco da privatização da empresa, dizendo que sendo esta constituída apenas por municípios, qualquer alteração que venha a ser introduzida, é, obrigatoriamente, alvo de deliberação de todos os órgãos executivos e deliberativos de todos os municípios, motivo que pode tranquilizar o risco da privatização. O PS sempre foi contra a privatização das águas, sublinhou. Relativamente ao

vivem tempos de aproximação de entidades e serviços. Concluiu dizendo que as pessoas não podem estar confiantes na APIN pelos serviços mal prestados e

pela falta de comunicação e informação que subsistem.----



aproveitamento das nascentes da Serra da Lousã, recordou o contexto mundial da água, as secas e a qualidade desta água que não é, de todo, uma solução de futuro para a Lousã. Focou a questão das perdas, e recordou que desde sempre, houve queixas nas sessões das assembleias, sobre a qualidade da água, das perdas e dos preços. Salientou que o abastecimento de água quer seja feito através de uma empresa intermunicipal, quer seja pelos municípios diretamente, num futuro próximo não vai ser possível manter os preços que têm sido praticados. O custo da água potável tem que estar muito próximo do custo que é pago pelas pessoas e é cada vez mais cara. Não é verdade quando afirmam que as pessoas não precisam de incentivos para gerir a sua própria água, porque todos sabem que ainda hoje se enchem piscinas com a água que é precisa para beber e se fazem regas. Frisou que a água é um bem escasso e se não forem tomadas medidas como esta de juntar onze municípios para conseguir fazer uma gestão da água mais racional, o futuro será muito complicado. Portanto, não basta vir dizer para uma assembleia que se paga muito e que a empresa não está a ser competente em termos técnicos. Reconheceu que existem falhas, mas estão a ser regularizadas e o objetivo é racionalizar a água, onde entre outras medidas, é necessário o investimento que não é possível ser feito à Câmara Municipal, enquanto entidade individual. -----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal interveio para dizer que fica registada a opinião dos intervenientes neste ponto da Ordem de Trabalhos e, segundo a informação jurídica que recebeu, é que não é considerada uma petição, porque não cumpre os requisitos e portanto não pode ser aceite, muito menos votada. Informou, ainda, que recebeu uma informação jurídica que teve o cuidado de distribuir para informação desta assembleia, no âmbito da transparência e democracia sendo sua intenção, oportunamente, responder a este documento.----

O Senhor Presidente da Câmara relativamente às questões que lhe foram colocadas reiterou que a empresa tem tido alguns erros que perturbaram o seu normal funcionamento, nomeadamente a faturação. Sugeriu que todos quantos têm conhecimento de irregularidades na faturação ou outras situações lhe façam chegar essa informação, a fim de serem reportadas o mais rapidamente possível. Quanto á racionalização da água, por ser um bem

escasso, não disse que era para as pessoas não gastarem, e sabe que existem outros meios de sensibilização e formação, no entanto, esta forma para a nossa cultura será, eventualmente, de maior contenção e economia. Tomou em devida nota a falta de atendimento, mas atendendo ao facto de ser uma empresa jovem é natural que exista alguma dificuldade em responder com a celeridade desejada. Quanto ao exemplo exposto por Ana Paula Sançana sobre o pedido de limpeza de fossa, disse estranhar a situação e lamentou a ocorrência, tanto mais que as Câmaras Municipais é que têm estado a dar este tipo de respostas, e a Câmara Municipal da Lousã dispõe desse equipamento. Anotou o assunto, apresentou desculpas e comprometeu-se a dar o devido andamento ao pedido. Disse que tem estado a anotar todas as observações e que, garantidamente serão encaminhadas e demonstrou indignação por estas situações ocorrerem quando há pessoas para o desempenho específico destas funções.-----O Senhor Presidente da Mesa disse que neste ponto foi dada uma latitude superior ao que é habitual às intervenções mas, foi justificada conforme se comprovou. ------PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS: -----4 - Informação para conhecimento à Assembleia Municipal da resposta da ERSAR - Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ao pedido de esclarecimentos solicitado pela APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior; -----

man x

O órgão deliberativo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso

se dá por integralmente transcrito, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 3 (três)). -----

Luís Martins cumprimentou a todos e começou por dizer que, eventualmente, iria ser repetitivo sobre o que já foi dito mas, a análise do Relatório que teve o cuidado de ler, obrigou-o a isso. Começou pela capa do Relatório, contas que evidenciam três adjetivos: Qualidade, Eficiência e Equidade. Este relatório também revela a missão da empresa, a visão e a sua política e de forma muito resumida revela, igualmente, o porquê desta assembleia e as assembleias de mais dez municípios terem aprovado este modelo de gestão. Afirmou que a APIN é uma empresa intermunicipal com capitais exclusivos dos municípios aderentes, com cinco princípios fundamentais: promover a qualidade do serviço prestado, aumentar a eficiência operacional, garantir equidade sendo socialmente responsável, privilegiar a economia circular e fomentar a cultura de inovação, desenvolvimento e melhoria contínua. Disse que esta assembleia tem conhecimento disto tudo, pelo menos, desde setembro do ano de dois mil e dezoito. Na informação relativa ao ano de dois mil e dezanove, há quatro aspetos fundamentais que relevou e que é o rumo que a empresa tem e que levará nos próximos tempos, independentemente das dificuldades que tem trazido nestes primeiros seis meses: 1º - o Balanço da APIN – a empresa apresenta-se com capitais próprios e expressivos para fazer face ao ciclo de investimento que se vai realizar; 2º - Contratação Pública sendo uma empresa pública, a APIN rege-se pelo Código dos Contratos Públicos, é bom que se tenha isto ciente; 3° - Recursos Humanos – estando em início de atividade, o número de lugares ocupados, neste momento, à data de trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove, era 5% dos recursos previstos, sendo que os Recursos Humanos existentes e os que irão ser recrutados trabalham e trabalharão em prol da missão que a empresa tem; 4º - Candidaturas a Fundos Comunitários – em trinta e um de dezembro de dois mil e dezanove estavam aprovadas trinta e duas candidaturas com um custo elegível de 25,5 milhões de euros, com uma nota, grande parte dessas candidaturas não seriam elegíveis se não houvesse agregação. Concluiu dizendo que as contas foram ratificadas pelo Revisor Oficial de Contas com o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares. -----Aires Ventura interveio dizendo que na introdução do Senhor Presidente do Conselho de Administração neste relatório é dito que a maior eficiência alcançada com a agregação dos serviços permitirá uma poupança anual de

Made Leaves

cerca de 2,7 milhões de euros, evitando assim que o ajustamento do tarifário necessário para assegurar a sustentabilidade económico financeira dos serviços tenha custos mais elevados para os cidadãos. Mais diz que as atividades de abastecimento público de água às populações, de saneamento e águas residuais e urbanas e gestão de resíduos urbanos constituem serviços públicos de caráter estrutural essenciais ao bem-estar geral à saúde pública e à segurança coletiva das populações, às atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Devem por isso obedecer a um conjunto de princípios, entre os quais se destacam a universalidade de acesso à continuidade e à qualidade do serviço, a eficiência e à equidade de preços. Além disso, acrescentou deve haver uma política de descriminação positiva para o interior, considerando que o tarifário em vigor não está de acordo, nem com os princípios aqui referidos, nem com o poder de compra das populações abrangidas por este sistema intermunicipal, por isso, deve o Município da Lousã abrir uma discussão no seio da APIN, com vista a uma redução do tarifário atual. Concluiu a sua intervenção com uma chamada de atenção ao Senhor Presidente da Câmara porque quando afirmou que na

sessão da assembleia realizada em dezembro do ano de dois mil e dezoito,

quando se discutia o agravamento dos tarifários, disse na sessão que havia

30% de agravamento, contudo na ata dessa sessão, não existe nenhuma referência a esse eventual aumento. Mais, foi questionado pelo PSD sobre a

previsão do agravamento dos preços ao que respondeu que ainda não tinha consubstanciado o montante do agravamento dos tarifários, portanto,

entende ser uma incongruência dizer agora que informou que havia um

agravamento de 30%. O único aumento que se recorda de se ter falado era

em cerca de 10%, porque que fosse anunciado outro aumento, haveria

certamente outro tipo de discussão.----

O Senhor Presidente da Câmara em resposta e sobre a questão do tarifário disse que Aires Ventura, não esteve presente nessa assembleia, mas todos os membros da assembleia tiveram o documento e a proposta era apresentada desde setembro do ano de dois mil e dezoito e foi votada em dezembro do mesmo ano. Se não viram ou não compararam os tarifários não tem responsabilidade sobre isso, porque quem vota é que tem que saber o que está a fazer. As assembleias todas votaram este tarifário que é igual para os

waren

onze municípios. Esclareceu que houve municípios com aumentos muito maiores porque tinham tarifários muito baixos, acrescentou ainda que os membros da assembleia tiveram três meses para analisar os documentos, e aprovaram a adesão e o tarifário nos onze municípios. Sublinhou que, neste momento, o facto que mais interessa é que, atendendo às diligências que foram feitas, o aumento é de 10%. Reiterou a quem aprovou o tarifário na assembleia do ano de dois mil e dezoito, que tinham sido fornecidos os documentos, em setembro desse mesmo ano, para além disso, houve reuniões exclusivas para colocarem as questões que entendessem pertinentes, com a presença de vários Presidentes de Câmara e outras entidades, entre as quais as Águas do Ribatejo, que foi o modelo que serviu de base e, foram prestados todos os esclarecimentos. Realçou que o Município da Lousã era aquele que tinha melhores tarifários sociais e, ainda assim, o tarifário da APIN consegue ser

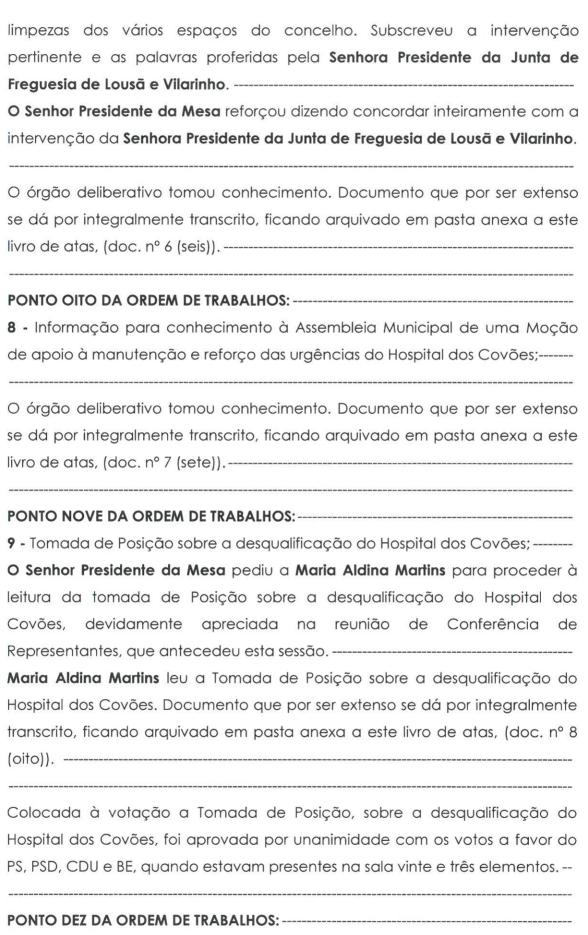
melhor e esta questão não é mencionada por ninguém, facto que lamentou. O órgão deliberativo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente transcrito, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. nº 4 (quatro)). -----PONTO SEIS DA ORDEM DE TRABALHOS:-----6 - Informação para conhecimento à Assembleia Municipal da versão final da avaliação do montante de compensação referente à saída do Município de Penacova do Sistema da APIN - Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior: -----PONTO SETE DA ORDEM DE TRABALHOS: -----7 - Informação do Senhor Presidente da Câmara ao Órgão Deliberativo sobre

O órgão deliberativo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente transcrito, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas, (doc. n° 5 (cinco)).-----

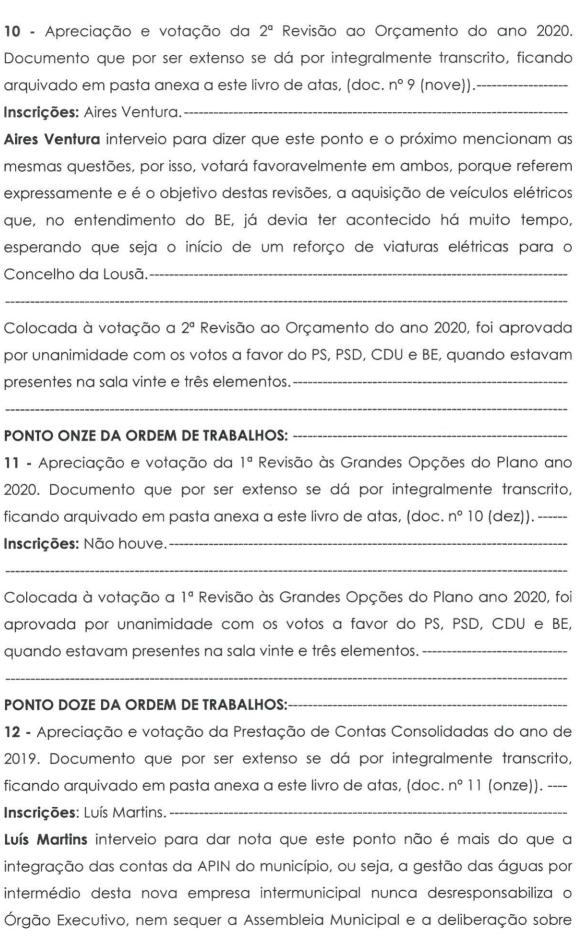
os atos praticados ao abrigo da Lei nº 6/2020 de 10 de abril; -----Inscrições: Helena Correia e Maria Conceição Loureiro. -----

Helena Correia usou da palavra começando por cumprimentar a todos e seguidamente, aproveitando o facto deste ponto da ordem de trabalhos referir o regime de exceção de atos praticados por causa da pandemia da Covid-19, deu nota que o primeiro semestre foi de exceção a vários níveis de restrição. Foram e continuam a ser tempos diferentes, exigentes e difíceis para toda a gente o que obriga a outro comportamento e empatia. Alertou para o facto de a pandemia ainda permanecer e não se saber como vai acabar o ano. Recordou que houve meses com chuva torrencial, passando a calor tórrido e que as condições atmosféricas continuam instáveis, contudo e ainda assim o trabalho tem prosseguido. Enalteceu o trabalho desenvolvido por todos os colaboradores da Junta de Freguesia da Lousã e Vilarinho, durante o tempo de pandemia, assim como os das outras Juntas de Freguesia e Câmara Municipal. Referiu os trabalhos de higienização, ação social, limpeza urbana e rural, incluindo as aldeias da serra, estradas de acesso, caminhos e carreiros que foram cumpridos com a regularidade possível e necessária. Deu nota da boa articulação de trabalho com a Câmara Municipal. Frisou que todos os pedidos e reclamações apresentadas nesta área são válidos e tratados mas para isso é necessário tempo. Deixou em nome pessoal uma palavra de respeito pelos colaboradores da Junta de Freguesia de Lousã e Vilarinho e colaboradores das outras Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal. Recordou que o trabalho executado pelos trabalhadores que andam na rua é muitas vezes esquecido e pouco valorizado e por isso não ficaria bem se não aproveitasse o momento para prestar o devido reconhecimento e homenagem. Deu nota de que todos os pedidos endereçados à Junta de Frequesia, são agendados e prestada a prioridade de cada um deles, mas apelou à compreensão de todos para o momento que se está a viver e ao esforço desenvolvido por quem anda no terreno para segurança e proteção de alguns que puderam ficar mais resguardados. -----Maria Conceição Loureiro interveio para dizer que não podia ficar calada neste momento e testemunhou, publicamente, o seu agradecimento pelo pronto auxílio que obteve por parte dos trabalhadores autárquicos nas solicitações de limpezas e recolha de monos.-----O Senhor Presidente da Câmara interveio para reforçar o reconhecimento pelo desempenho por parte das Juntas de Freguesia, nomeadamente, nas

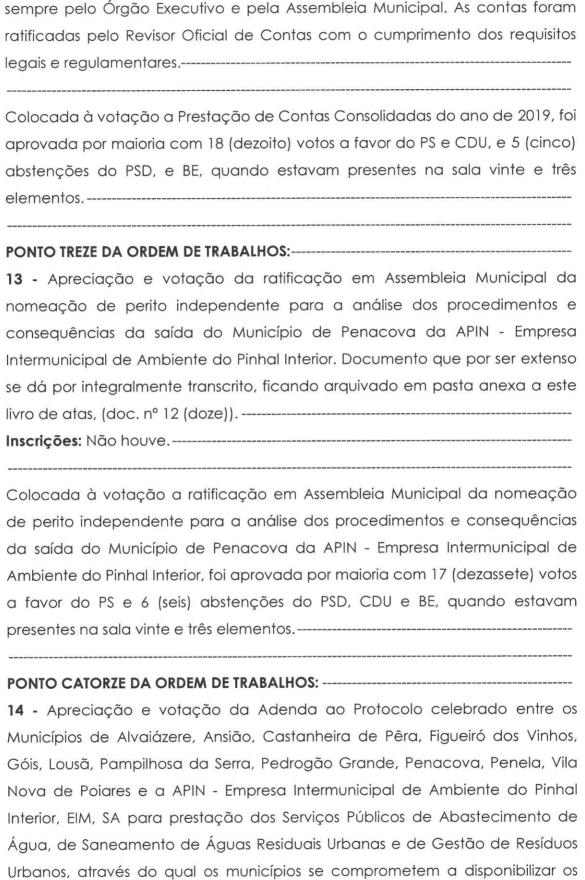




haper X



Leave X



este ponto é exatamente a prova disso. A avaliação e a fiscalização passará

Wages ?

António José Gonçalves interveio começando por questionar a razão deste ponto na Ordem de Trabalhos, uma vez que em sessão anterior este assunto já foi apreciado e votado, no sentido de serem disponibilizados à APIN, os meios de recursos humanos e equipamentos, pelo período de seis meses. Aproveitou a oportunidade para dizer que, citando: "faço questão de ser um munícipe exemplar e que pago os meus impostos, e faço reciclagem e outros bons deveres de munícipe" e, nessa qualidade, suscitou-lhe uma dúvida, porque verificou a existência de um bebedouro, localizado no Parque do Regueiro, a deitar água, e não sabia a que entidade deveria reportar esta avaria, que causa desperdício de água, se à APIN, ou à Câmara Municipal. Por todas estas razões, afirmou que lutará sempre para que a Lousã seja um bom exemplo e não gosta que a Lousã seja comparada a outros concelhos por más práticas ou maus exemplos, nomeadamente, a existência de lixo e ervas ao longo das vias. Concluiu a sua intervenção dando nota de que a placa indicativa da Lousã, para quem vem da serra, no sentido de Alfocheira, continua amolada e suja. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para afirmar que não existe nenhum erro, eventualmente, um excesso de otimismo da parte de todos os municípios relativamente à implementação, tão rapidamente, de uma empresa de natureza pública. Confirmou que a Assembleia Municipal aprovou por seis meses a disponibilização de meios e a pretensão é a prorrogação por

Wasur)

mais seis meses, ou seja, até ao mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, sendo certo que o objetivo da empresa, de acordo com o que está definido pelos municípios, se puder antecipar este prazo, fá-lo-á. Informou que estão a ser desenvolvidos esforcos no âmbito da contratação pública na aquisição de equipamento, nomeadamente, equipamentos pesados que têm outro significado financeiro e com maior exigência processual e também ao nível de recrutamento de recursos humanos para as atividades operacionais para poder dotar a empresa dos meios necessários para, de forma autónoma, poder desempenhar a missão na plenitude. Acrescentou ainda que foi de comum acordo e todos reconheceram que a pandemia da Covid-19, também, causou condicionamentos ao normal funcionamento da empresa e prejudicou a evolução que se pretendia em termos de concretização de cronograma. Sobre a situação reportada do bebedouro, informou que a entidade responsável é a APIN, no entanto, este ou outro tipo de situações se forem encaminhadas para a Câmara Municipal, esta, fará chegar aos serviços da empresa para que possa atuar em conformidade. Concluiu dizendo que, também, não gosta de referir coisas menos boas, antes pelo contrário, e acredita que todos os membros dos Órgãos Executivo e Deliberativo presentes partilham do mesmo sentimento e sublinhou que apenas referiu que, há munícipes que só pretendem dar nota das situações menos boas da terra e não veem as coisas boas que cá existem.-----

PONTO QUINZE DA ORDEM DE TRABALHOS:-----

wadus)

Colocada à votação a autorização para assunção de compromissos plurianuais - para aquisição de dois veículos ligeiros de passageiros elétricos - abertura de procedimento concursal para contratação de leasing, foi aprovada por unanimidade com 24 (vinte e quatro) votos a favor do PS, PSD, CDU e BE, quando estavam presentes na sala vinte e quatro elementos. ------

O Senhor Presidente da Mesa colocou à aprovação da assembleia que todas as decisões sejam aprovadas em minuta, a fim de que as mesmas possam produzir efeitos imediatos, sendo aprovadas por unanimidade com os votos favoráveis do PS, PSD, BE e CDU, quando estavam presentes na sala vinte e

quatro elementos.-----

O Senhor Presidente da Mesa, antes de dar por encerrados os trabalhos desta sessão, proferiu, ainda, em tom de reflexão algumas palavras sobre os últimos meses dizendo que o período de anormalidade que continuamos a atravessar tem demonstrado até à exaustão que nos encontramos num momento de viragem da vida coletiva. Afirmou que o velho normal, dará lugar a novas práticas de trabalhar, de dialogar que podem ter de coabitar num jogo de tensões, cujo equilíbrio ainda não se consegue discernir de forma definitiva. Citando: "O que é certo, é que esta tensão entre o Novo e o Velho torna ainda mais exigente a nossa disponibilidade para a nossa missão. Consciente de que aquilo que sempre funcionou no passado poderá, em breve, tornar-se obsoleto, todos e cada um de nós deve colocar, humildemente, a seguinte questão: - de que modo ou forma ainda podemos ser úteis nesta vertiginosa ferocidade de mudança? Saindo ou ficando com a capacidade ou compromisso de se reinventar? Esta é, penso eu, a questão que deve estar subjacente no nosso espírito num ano que será lembrado como charneira da

História e nos conduz a enfrentar, provavelmente, alguns cenários ma
desafiantes dos nossos tempos. A todos os membros desta assembleia votos d
boas férias."
Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, depois de teren
assinado todos as folhas de presenças, declarou encerrada a reunião, eran
vinte e uma horas e vinte minutos
O Dravislanda I AA

O Presidente da Mesa,

Carlos Alberto Seco Lupes

Carlos Seco

O 1º Secretário,

Mário Alves Maduro

A 2ª Secretária,

Maria apais Madis

Maria Aldina Martins